

VPORTS Autoridade Portuária (anteriormente denominada COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA)

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2023

VPORTS Autoridade Portuária (anteriormente denominada COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA)

Informações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e Administradores da

VPORTS Autoridade Portuária (anteriormente denominada Companhia de Docas do Espírito Santo - Codesa)

Vitória - ES

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da VPORTS Autoridade Portuária (anteriormente denominada Companhia de Docas do Espírito Santo - Codesa) ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - (IASB)*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto mencionado na seção intitulada "Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto mencionado na seção intitulada "Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao período e exercício anteriores

As informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo em 31 de março de 2022, obtidas respectivamente, das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e das informações contábeis intermediárias daquele trimestre, apresentadas para fins de comparação. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 é parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis que foram por nós auditadas e sobre as quais emitimos relatório de opinião, datado de 22 de março de 2022 contendo: *i)* ressalva sobre as limitações decorrentes da validação dos saldos iniciais daquele exercício e; *ii)* parágrafo de ênfase chamando a atenção para a alteração de controle acionário da Companhia ocorrida em 30 de março de 2022 através de leilão de desestatização. As Informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2022 foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão datado de 22 de julho de 2022, sem ressalvas e sem parágrafos de ênfase.

São Paulo, 12 de maio de 2023.

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A

(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa			Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa		
		31/03/2023	31/12/2022			31/03/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	74.794	82.642	Fornecedores	14	7.884	8.623
Contas a Receber de Clientes	4	2.973	5.621	Adiantamentos de clientes - Contas a Receber	4	1.295	2.508
Créditos negociados com clientes	5	3.884	5.400	Obrigações tributárias	15	2.119	605
Estoques		134	75	Salários e encargos	16	6.949	9.910
Tributos a recuperar	6	12.674	10.969	Arrendamento mercantil	17	454	493
Despesas antecipadas	7	9.234	10.177	Adiantamento Clientes - Arrendamento	18	2.000	2.000
Outros créditos	8	1.483	1.158	Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	19	9.647	9.469
Total do ativo circulante		105.176	116.042	Obrigações com Poder Concedente	20	8.441	3.804
				Benefício pós emprego	21	1.786	1.914
Não circulante				Outras contas a pagar	22	943	881
Depósitos judiciais	9	42.777	47.585	Total do passivo circulante		41.518	40.207
Impostos diferidos	10	75.684	68.949				
Outros créditos	11	6.701	8.421	Não circulante			
Investimentos		2	2	Impostos diferidos	10	5.015	5.015
Imobilizado	12	46.904	46.979	Arrendamento mercantil	17	5.428	5.297
Intangível	13	705.765	710.598	Adiantamento Clientes - Arrendamento	18	19.500	20.000
Total do ativo não circulante		877.833	882.534	Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	19	78.180	78.040
				Benefício pós emprego	21	36.009	35.653
				Demanda Judicial	23	66.744	65.406
				Obrigações com Poder Concedente	20	277.516	267.897
				Outras contas a pagar	24	8.384	6.852
				Total do passivo não circulante		496.776	484.160
				Patrimônio líquido			
				Capital social	25.1	568.621	568.568
				Ajustes de avaliação patrimonial	25.3	15.650	17.204
				Prejuízos acumulados	25.4	(139.556)	(111.563)
				Total do patrimônio líquido		444.715	474.209
Total do ativo		983.009	998.576	Total do passivo e patrimônio líquido		983.009	998.576

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A

(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/03/2023	31/03/2022
Receita operacional líquida	26	53.384	46.700
Custo dos serviços e das mercadorias vendidos	27	(29.217)	(15.620)
Lucro bruto		24.167	31.080
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	27	(18.048)	(11.611)
Outras receitas e despesas, líquidas	28	(36.795)	(2.754)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(30.676)	16.715
Resultado financeiro	29		
Receitas financeiras		3.966	6.084
Despesas financeiras		(8.017)	(1.909)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(34.727)	20.890
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes		-	(5.548)
Diferidos	10	6.734	(2.412)
Lucro (prejuízo) do período		(27.993)	12.930
Resultado por ações ordinárias em Reais - R\$	25.2	(0,0039)	0,0019

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A

(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/03/2023	31/03/2022
Lucro (prejuízo) do período		(27.993)	12.930
Outros resultados abrangentes	25.3	(1.554)	5.883
Resultado abrangente total do período		(29.547)	18.813

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A

(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Adiantamento Aumento de Capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		542.031	21.266	(540)	(82.052)	480.705
Outros resultados abrangentes		-	-	5.883	-	5.883
Adiantamento para aumento de capital		-	41	-	-	41
Resultado do período		-	-	-	12.930	12.930
Saldos em 31 de março de 2022		<u>542.031</u>	<u>21.307</u>	<u>5.343</u>	<u>- 69.122</u>	<u>499.559</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		568.568	-	17.204	(111.563)	474.209
Outros resultados abrangentes	25.3	-	-	(1.554)	-	(1.554)
Aporte de capital		53	-	-	-	53
Resultado do período	25.4	-	-	-	(27.993)	(27.993)
Saldos em 31 de março de 2023		<u>568.621</u>	<u>-</u>	<u>15.650</u>	<u>(139.556)</u>	<u>444.715</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A

(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

Demonstrações de Fluxo de Caixa

Períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais - R\$)

	31/03/2023	31/03/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do período	(27.993)	12.930
Ajustes do período		
Ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	5.244	3.305
Provisão para risco	3.040	785
PECLD de contas a receber	(71)	112
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.735)	-
Adiantamento Clientes - Arrendamento	(500)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	133	-
Juros sobre Portus e Plano de pensão	2.660	-
Juros sobre depósitos judiciais	(548)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	5.883
Complemento de aposentadoria	(401)	-
Ajuste saldo Déficit PORTUS	(926)	-
Obrigações com poder concedente	14.256	-
Lucro (prejuízo) ajustado	(11.841)	23.015
Variações nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	2.718	6.200
Créditos negociados com os clientes	1.518	(7.136)
Estoques	(60)	7
Impostos a recuperar	(1.705)	-
Impostos a recolher	-	563
Despesas antecipadas	943	(14.934)
Depósitos judiciais	5.357	-
Outros créditos	1.393	5.918
Fornecedores	(738)	401
Obrigações tributárias	3.196	-
Salários e encargos	(2.962)	1.585
Adiantamentos de clientes - Contas a Receber	(1.214)	(500)
Pagamento Portus	(2.342)	(6.712)
Provisão para risco	(1.702)	-
Outras contas a pagar	1.596	763
Aluguéis CPC 06	-	(137)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(5.843)	9.170
Pagamento de IR e CS	(1.431)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(7.274)	9.033
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado e intangível	(454)	8.406
Outorga de bonificação	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(454)	8.406
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento	(173)	-
Devolução AFAC	-	-
Aumento de capital	53	(8.261)
Recursos para aumento de capital	-	110
Convênio SEP	-	(101)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(120)	(8.252)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(7.848)	9.187
Caixa no início do período	82.642	131.445
Caixa no final do período	74.794	140.632
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(7.848)	9.187

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A

(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais - R\$)

	31/03/2023	31/03/2022
Receita		
Receita da operação portuária	29.827	37.487
Receita de arrendamentos	29.832	15.807
Vendas canceladas	(3)	(626)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	71	(111)
Outras	875	-
	<u>60.602</u>	<u>52.557</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos serviços prestados	(14.861)	-
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(8.935)	(7.359)
	<u>(23.796)</u>	<u>(7.359)</u>
Valor adicionado bruto	<u>36.806</u>	<u>45.198</u>
Retenções	(5.244)	(3.304)
Depreciação/amortização	(5.244)	(3.304)
Valor adicionado produzido pela entidade	<u>31.562</u>	<u>41.894</u>
	-	-
Valor adicionado recebido em transferência	3.966	2.785
Receitas Financeiras	3.966	6.084
Outras Receitas e Despesas (Reversões/Provisões)	-	(3.076)
Outras	-	(223)
Valor adicionado a distribuir	<u>35.528</u>	<u>44.679</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	26.146	11.642
Benefícios a empregados	14.812	3.187
Honorários de conselhos	255	322
FGTS	10.113	560
Tributos		
Federais	2.232	12.887
Estaduais e municipais	1.830	1.242
Remuneração de capital de terceiros		
Juros e variações monetárias	8.017	1.909
Aluguéis	116	-
Remuneração de capital próprio		
Lucro (prejuízo) do período	(27.993)	12.930
Valor adicionado distribuído	<u>35.528</u>	<u>44.679</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vports Autoridade Portuária S.A., anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, é uma sociedade por ações, de capital fechado, de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, pelas normas estabelecidas pela ANTAQ e demais legislações aplicáveis.

A Vports tem por objeto social o desempenho das funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vitória e do Porto Organizado de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, com exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias, conforme os termos do Contrato de Concessão assinado em 20 de setembro de 2022 e publicado no DOU de 21 de setembro de 2022 ("Contrato de concessão"), e Edital nº 01/2022 - PPI/PND ("Edital").

1.1. A alteração do controle acionário da Companhia

As ações antes de propriedade da União Federal e dos Estado do Espírito Santo foram compradas pela Holding CODESA em setembro de 2022. Na ocasião 10% das ações da união foram reservadas para oferta aos empregados e aposentados, conforme previsto no Edital do Leilão nº 01/2022.

A sobra de ações não adquiridas pelos empregados e aposentados foi adquirida pela Holding CODESA que hoje detém 99,31% das ações da Companhia.

1.2. Concessão do Porto Organizado

No mesmo mês da venda das ações da Companhia, foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre União Federal e a Vports (anteriormente chamada de CODESA), cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Companhia por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais práticas contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 12 de maio de 2023.

2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*), ou "IFRS", emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras intermediárias é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3. Apresentação de segmentos operacionais

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a sua gestão e para a tomada de decisões. As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistentes com relatório interno fornecido à diretoria executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser a responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas da Companhia.

A Companhia tem como principais receitas as advindas de tarifas portuárias e contratos de arrendamento.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5. Reconhecimento de receitas e despesas

2.5.1. Prestação de serviços continuados, e outros

As receitas e os custos com serviços prestados são reconhecidos quando da transferência do controle, riscos e benefícios. Os demais resultados da operação, bem como as despesas (receitas) operacionais, são registrados em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

2.6. Tributação

2.6.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A provisão para Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL") está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado. A provisão para imposto de renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas vigentes no fim do trimestre. Em 31 de março de 2023, as alíquotas de IRPJ e CSLL eram de 15,00% (com 10,00% de adicional sobre o valor que exceder a R\$ 20 multiplicado pelo número de meses da apuração) e 9,00% respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando sua realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Anualmente, a Companhia avalia a realização do imposto diferido ativo e, caso sua utilização não seja provável, o saldo não é reconhecido.

2.6.3. Impostos sobre as vendas e serviços

Em operações de prestação de serviços, o PIS é calculado à alíquota de 1,65%, aplicado sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de não cumulatividade).

O Imposto Sobre Serviços ("ISS") é calculado de maneira similar ao regime de cumulatividade e sua alíquota depende do local de prestação dos serviços. As alíquotas das cidades onde a Companhia mantém atividade é de 5,00%.

2.7. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade consolidada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.7.1. Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros podem ser mensurados em três categorias:

- i. Ao custo amortizado;
- ii. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- iii. Ao valor justo por meio do resultado.

2.8. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com terceiros.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

2.8.1. Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são os seguintes:

2.8.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários incluem, substancialmente, depósitos à vista e operações compromissadas, denominados em reais (R\$), para os quais não existem multas tampouco outras restrições para seu resgate, com o emissor do instrumento.

A abertura entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 4.

2.8.2.1. Contas a receber e créditos com terceiros

São classificados como empréstimos e recebíveis e demonstrados ao custo, acrescidos de variação monetária e juros, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Companhia para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real.

2.8.2.2. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8.3. Ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

2.9. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros incluem fornecedores, adiantamentos de clientes, termo de compromisso com o Portus.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

2.9.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente fornecedores.

2.10. Desreconhecimento (baixa)

2.10.1. Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; (ii) a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou (iii) a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo que venha a; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

2.10.2. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

2.10.3. Instrumento financeiro - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Despesas antecipadas

Apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12. Ativos de direito de uso e passivo com arrendamento

A mensuração inicial para registro dos ativos de direito de uso é com base no custo do passivo de arrendamento de cada contrato da Companhia. Esta abordagem permite uma mensuração consistente e uma razoável aproximação do valor justo do direito de uso nesta data.

A partir do registro inicial, os ativos de direito de uso passam a ser amortizados de maneira linear de acordo com o período remanescente da vigência contratual.

Em contrapartida ao registro dos ativos de direito de uso são registrados os passivos de arrendamento mercantil circulantes e não circulantes, descontados a valor presente pela taxa incremental estimada dos empréstimos, calculada em 5,53% a.a. Estas contas são reduzidas pelos pagamentos das prestações dos arrendamentos e pelo reconhecimento dos juros em conta específica no resultado financeiro da Companhia.

Caso haja revisão de estimativa do prazo de qualquer locação, a Companhia revisa o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que serão descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento e este ajuste será refletido no ativo de direito de uso e amortizado pelo prazo remanescente do contrato. Da mesma forma, ocorrerão ajustes no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso, caso se faça necessário um ajuste da taxa de desconto utilizada na mensuração inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento exigiu que os arrendatários passassem a reconhecer os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem prospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento.

Os impactos identificados pela adoção nos ativos e passivos da Companhia foram certos contratos de locações de imóveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

2.14. Ativos intangíveis

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.15. Redução ao valor recuperável ("impairment")

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.16. Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias e 13º salário, entre outros) e as remunerações variáveis. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

2.17. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de maneira confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício e/ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de maneira confiável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.18. Ajuste a valor presente - ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto que visam refletir as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo.

2.19. Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

2.20. Distribuições de lucros

Conforme previsto no estatuto da Companhia a distribuição de lucros aos sócios poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que haja levantamento de balanço ou balancete intermediário que demonstre lucro acumulado.

A política de dividendos da Companhia, determina que o lucro líquido apurado, de acordo com a legislação pertinente, terá a seguinte destinação:

- i. Absorção de prejuízos acumulados;
- ii. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- iii. No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Vports.

O saldo de lucro remanescente será destinado para a constituição de reservas de retenção de lucros nos termos da lei. A constituição de reservas de retenção de lucros não poderá prejudicar a destinação do dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.21. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas nesta nota explicativa, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2.21.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data do balanço. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, base para a apuração da receita, e instrumentos financeiros.

2.21.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto ágio):

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

b) Provisões para riscos:

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 24). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas no encerramento de cada balanço e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Realização do imposto de renda diferido:

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento	431	2.694
Operações compromissadas (a)	74.363	79.948
Total	<u>74.794</u>	<u>82.642</u>

(a) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato.

4. Contas a receber e adiantamentos de clientes

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Faturas a receber de clientes	12.292	15.015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.319)	(9.394)
Contas a receber	<u>2.973</u>	<u>5.621</u>
Adiantamentos de clientes (Passivo)	(1.295)	(2.508)

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos. O recebimento de faturas vencidas está sujeito a incidência de juros de mora, multas e correção monetária de acordo com a norma de faturamento vigente.

O critério adotado e vigente para a constituição da PECLD na Companhia é considerar como perdas estimadas os créditos vencidos há mais de 180 dias. Nessa situação, além dos créditos vencidos há mais de 180 dias, considera-se como perda estimada todos os créditos do cliente, independentemente do seu vencimento. Além da provisão estimada de 0,1% sobre todos os demais títulos, vencidos e a vencer ainda não provisionados.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de março de 2023, a movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está sumarizada a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos em 31 de dezembro de 2021	(8.807)
Constituição por estimativa (IFRS 9)	(721)
Reversão	134
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(9.394)</u>
Constituição por estimativa (IFRS 9)	(3)
Reversão	78
Saldos em 31 de março de 2023	<u><u>(9.319)</u></u>

O critério gerencial estabelecido pela Companhia atende em termos de valores provisionados aos critérios estabelecidos pelo CPC 48.

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

	31/03/2023		31/12/2022	
	Clientes	PECLD	Clientes	PECLD
A vencer	2.651	(3)	4.263	-
Títulos vencidos:				
Até 30 dias	325	-	1.287	-
De 31 a 60 dias	-	-	1	(1)
De 61 a 180 dias	6	(6)	236	(165)
De 181 a 365 dias	277	(277)	344	(344)
Mais de 365 dias	9.033	(9.033)	8.884	(8.884)
TOTAL	<u>12.292</u>	<u>(9.319)</u>	<u>15.015</u>	<u>(9.394)</u>

5. Créditos negociados com clientes

	31/03/2023	31/12/2022
Títulos a receber de clientes	16.371	17.884
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.487)	(12.484)
Total de contas a receber	<u>3.884</u>	<u>5.400</u>

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de março de 2023, a movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está sumarizada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	(12.483)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>(12.483)</u>
Constituição por estimativa (IFRS 9)	(4)
Saldos em 31 de março de 2023	<u><u>(12.487)</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos negociados referem-se a parcelamentos de débitos em atraso.
A abertura do saldo de créditos negociados com clientes por vencimento é conforme segue:

Descrição	31/03/2023		31/12/2022	
	Clientes	PECLD	Clientes	PECLD
A vencer	3.884	-	5.400	-
Títulos vencidos:				
Mais de 365 dias	12.487	(12.487)	12.484	(12.484)
Total	16.371	(12.487)	17.884	(12.484)

6. Tributos a recuperar

	31/03/2023	31/12/2022
IRPJ a compensar	8.102	6.573
CSLL a compensar	1.607	1.431
INSS retido a compensar	151	151
PIS a compensar	472	472
COFINS a compensar	2.245	2.245
Crédito PIS/ COFINS aquisição de bens	-	-
Outros tributos	97	97
Total	12.674	10.969

7. Despesas antecipadas

	31/03/2023	31/12/2022
Licença de software	54	82
Seguro de Vida usuários e Terceiros	10	14
Seguros Responsabil.Civil Administr. (b)	102	155
Seguros bens móveis e imóveis (b)	1.561	2.393
Dragagem de manutenção (a)	7.435	7.435
Seguro garantia concessão (b)	55	83
Seguro garantia judicial	17	15
Total	9.234	10.177

- (a) Os gastos relativos à dragagem de manutenção foram registrados no balanço como despesas antecipadas a sua apropriação está ocorrendo no resultado de acordo com a perspectiva de obtenção de benefício econômico desse serviço visto que tanto nos estudos da Dragagem de Aprofundamento realizada em 2017, quanto nos Estudos e Modelagem (Relatório de Avaliação Técnico-Operacional) conduzidos pela BNDES para a venda da Companhia, identificou-se a necessidade de contratação contínua desse serviço a cada 2 anos. Essa forma de apropriação, além de atender a contabilidade regulatória do setor portuário (SICARSPANTAQ), reflete o impacto no resultado pelo princípio da competência. Parte do valor da dragagem encontra-se no grupo de Outros créditos, registrada no não circulante (Nota Explicativa nº 12);
- (b) Seguros obrigatórios do contrato de concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros créditos

	31/03/2023	31/12/2022
Adiantamento a funcionários	782	1.094
Assistência médica a recuperar	49	59
Outros créditos	652	5
Total	<u>1.483</u>	<u>1.158</u>

9. Depósitos judiciais

	31/03/2023	31/12/2022
Trabalhista	25.686	33.277
Recursal	3.996	3.739
Cível/Tributário	13.095	10.569
Total	<u>42.777</u>	<u>47.585</u>

A seguir a abertura da movimentação dos saldos judiciais no período:

	Trabalhista	Recursal	Cível/ Tributário	Total
Saldo em 31/12/2021	41.077	3.396	9.218	53.691
Depósitos/Bloqueio	7.524	659	867	9.050
Atualização	2.851	88	989	3.928
Saque	(16.035)	(255)	(529)	(16.819)
Resgate	(2.159)	(154)	(10)	(2.323)
Ajuste Saldo/Transferências	19	5	34	58
Saldo em 31/12/2022	<u>33.277</u>	<u>3.739</u>	<u>10.569</u>	<u>47.585</u>
Depósitos/Bloqueio	1.042	414	3	1.459
Atualização	284	-	-	284
Saque	(2.237)	-	-	(2.237)
Resgate	(4.758)	(33)	-	(4.791)
Ajuste Saldo/Transferências	(1.922)	(124)	2.523	477
Saldo em 31/03/2023	<u>25.686</u>	<u>4.029</u>	<u>13.095</u>	<u>42.777</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Descrição	31/03/2023	31/03/2022
I - Lucro / (Prejuízo) antes da tributação	(34.727)	20.890
II - Impostos Diferidos acumulados	11.885	-
III - Base de Cálculo	(22.842)	20.890
IV- Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas CSLL	3.075	2.553
V- Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas IR	3.075	2.553
VI - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro para CSLL	(19.767)	23.443
VII - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro para IRPJ	(19.767)	23.443
VIII- Cálculos pela alíquota base de CSLL e IRPJ	6.734	7.960
Alíquotas de 15% IRPJ	2.971	3.514
Alíquota adicional de 10% IRPJ	1.981	2.336
Alíquotas de 9% CSLL	1.782	2.110
IX - Taxa efetiva: IRPJ e CSLL ajustados	6.734	7.960
Alíquota efetiva	19,39%	38,10%
IRPJ e CSLL Correntes	(6.734)	5.548
IRPJ e CSLL Diferidos	-	2.412
Total	(6.734)	7.960

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda e da contribuição social diferidos ocorrem quando for provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de março de 2023, o imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Ativo	31/03/2023			31/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais de IRPJ e Base negativa de CSLL	29.201	11.143	40.344	26.265	10.087	36.352
Diferenças temporárias:	25.985	9.354	35.339	23.968	8.629	32.597
Provisão para perdas de créditos	3.264	1.175	4.439	3.217	1.158	4.375
Provisão para demanda judicial	16.687	6.007	22.694	16.351	5.887	22.238
Provisão VPL Outorga	1.795	646	2.441	-	-	-
Provisão Outorga Fixa	929	334	1.263	-	-	-
Outras	3.310	1.193	4.503	4.400	1.584	5.984
Total	55.186	20.498	75.684	50.233	18.716	68.949
Passivo	31/03/2023			30/12/2022		
Depreciação Fiscal x Gerencial	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Total	(3.688)	(1.327)	(5.015)	(3.688)	(1.327)	(5.015)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Outros créditos não circulantes

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fundos de investimentos	14	14
Créditos a recuperar	4.771	4.629
Despesas antecipadas (a)	<u>1.916</u>	<u>3.778</u>
Total	<u><u>6.701</u></u>	<u><u>8.421</u></u>

(a) Trata-se de parte do gasto com a dragagem de manutenção que será amortizado por um período de dois anos conforme informado na Nota Explicativa nº 8.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

	Terrenos	Obras complem.	Total Obras civis	Instalações	Máquinas/ Equipam.	Veículos automotor	Móveis/ utensílios	Equip. dados	Imobilizado em curso	Direito de uso 6 e 34	Total do Imobilizado
Taxa média de depreciação (%a.a.)	-	4 a 5	2,5 a 50	4 a 10	5 a 25	20	10	20	-		-
Saldos em 31/12/2022											
Saldos iniciais	8.261	1.193	346.960	19.831	63	310	194	191	33.332	5.537	415.872
Aquisições	-	-	160	108	229	-	-	86	1.006	2.137	3.726
Transferências	-	(10.486)	(452.217)	(15.307)	(1.360)	-	-	-	(4.423)	-	(483.793)
Baixas	(8.261)	-	-	-	-	-	-	-	(2.771)	(1.661)	(12.693)
Depreciação	-	(100)	(8.083)	(1.211)	(11)	(83)	(37)	(46)	-	(604)	(10.175)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(301)	(102)	-	(9)	-	-	-	(52)	(464)
Baixas de depreciação	-	9.393	113.481	10.549	1.083	-	-	-	-	-	134.506
Saldo contábil, líquido	-	-	-	13.868	4	218	157	231	27.144	5.357	46.979
Saldos em 31/12/2022											
Custo	8.261	10.486	452.057	32.874	10.070	664	1.001	732	33.332	6.763	556.240
Aquisições	-	-	160	108	229	-	-	86	1.006	2.137	3.726
Transferências	-	(10.486)	(452.217)	(15.307)	(1.360)	-	-	-	(4.423)	-	(483.793)
Baixas	(8.261)	-	-	-	-	-	-	-	(2.771)	(1.661)	(12.693)
Depreciação acumulada	-	-	-	(3.807)	(8.935)	(446)	(844)	(587)	-	(1.882)	(16.501)
Saldo contábil líquido	-	-	-	13.868	4	218	157	231	27.144	5.357	46.979
Taxa média de depreciação (%a.a.)	-	4 a 5	2,5 a 50	4 a 10	5 a 25	20	10	20	-	6 e 34	-
Saldos em 31/03/2023											
Saldos iniciais	-	-	-	13.868	4	218	157	231	27.144	5.357	46.979
Aquisições	-	-	-	145	-	-	4	-	-	132	281
Depreciação	-	-	-	(155)	-	(21)	(8)	(14)	-	(136)	(334)
Crédito PIS/COFINS	-	-	-	(16)	-	(2)	-	(1)	-	(3)	(22)
Baixas de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	-	-	-	13.842	4	195	153	216	27.144	5.350	46.904
Saldos em 31/03/2023											
Custo	-	-	-	17.674	8.939	664	1.001	820	27.144	7.239	63.481
Aquisições	-	-	-	145	-	-	4	-	-	132	281
Depreciação acumulada	-	-	-	(3.977)	(8.935)	(469)	(852)	(604)	-	(2.021)	(16.858)
Saldo contábil líquido	-	-	-	13.842	4	195	153	216	27.144	5.350	46.904

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a assinatura do contrato de concessão, os bens classificados no Imobilizado que serão reversíveis ao final do contrato ao poder concedente foram transferidos para o Intangível conforme ICPC 01. A depreciação dos bens remanescentes no imobilizado após a transferência dos bens reversíveis da concessão permaneceram as taxas já utilizadas.

O valor líquido do imobilizado em operação em 31 de março de 2023 é de R\$ 14.409, dos quais R\$ 13.495 (93%) referem-se ao Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações, conhecido por VTMS - Vessel Traffic Management Information System, formado por equipamentos, softwares, computadores, radares, sinalização, câmeras, rede lógica, alimentação elétrica, entre outros.

13. Intangível

Os valores de outorga referem-se ao direito de concessão onerosa, para exploração direta ou indireta do Porto Organizado de Vitória e de Barra do Riacho, assim como a exploração indireta das instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso ao porto organizado. Ativos Intangíveis representam a transferência de bens do ativo imobilizado que deverão ser revertidos à concedente ao final do período de concessão, e desta forma serão amortizados até o final do contrato. O Poder Concedente definiu que os bens reversíveis à União são formados basicamente por bens imóveis como edificações, cais, armazéns, silos, estradas de acesso, molhes, benfeitorias, que são bens de valores relevantes. Os demais bens não relacionados pelo poder concedente foram vendidos à concessionária (fez parte do valor de venda) e permaneceram como imobilizados. Todos os bens intangíveis relacionados a concessão serão amortizados pelo período de 35 anos conforme o prazo da concessão.

A movimentação do ativo intangível no período findo em 31 de março de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é apresentada como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo intangível no período findo em 31 de março de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é apresentada como segue:

	Outorga Fixa	Outorga à vista	Ativos da concessão	Total intangíveis concessão	Bens anteriores à concessão	Total intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2022						
Saldos iniciais						
Aquisições	618.850	106.000	359	725.209	-	725.209
Baixas	-	-	-	-	(817)	(817)
Transferências	-	-	349.287	349.287	-	349.287
Amortização	(1.857)	(757)	(2.391)	(5.005)	-	(5.005)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(43)	(43)	-	(43)
Ajuste a Valor Presente	(358.850)	-	-	(358.850)	-	(358.850)
Baixa de Amortização	-	-	-	-	817	817
Saldo contábil, líquido	<u>258.143</u>	<u>105.243</u>	<u>347.212</u>	<u>710.598</u>	<u>-</u>	<u>710.598</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022						
Custo	618.850	106.000	359	725.209	6.434	731.643
Baixa	-	-	-	-	(817)	(817)
Transferências	-	-	349.287	349.287	-	349.287
Ajuste a Valor Presente	(358.850)	-	-	(358.850)	-	(358.850)
Amortização acumulada	(1.857)	(757)	(2.391)	(5.005)	(5.617)	(10.622)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(43)	(43)	-	(43)
Saldo contábil líquido	<u>258.143</u>	<u>105.243</u>	<u>347.212</u>	<u>710.598</u>	<u>-</u>	<u>710.598</u>

VPORTS Autoridade Portuária
(Razão Social anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Outorga Fixa	Outorga à vista	Ativos da concessão	Total intangíveis concessão	Bens anteriores à concessão	Total intangível
Saldos em 31 de março de 2023						
Saldos iniciais	258.143	105.243	347.212	710.598	-	710.598
Aquisições	-	-	306	306	-	306
Amortização	(1.857)	(757)	(2.296)	(4.910)	-	(4.910)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(229)	(229)	-	(229)
Saldo contábil, líquido	<u>256.286</u>	<u>104.486</u>	<u>344.993</u>	<u>705.765</u>	<u>-</u>	<u>705.765</u>
Saldos em 31 de março de 2023						
Custo	618.850	106.000	349.647	1.074.497	5.617	1.080.114
Adição	-	-	306	306	-	306
Ajuste a Valor Presente	(358.850)	-	-	(358.850)	-	(358.850)
Amortização acumulada	(3.714)	(1.514)	(4.960)	(10.188)	(5.617)	(15.805)
Saldo contábil líquido	<u>256.286</u>	<u>104.486</u>	<u>344.993</u>	<u>705.765</u>	<u>-</u>	<u>705.765</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	31/03/2023	31/12/2022
Fornecedores de Serviços	7.374	8.053
Fornecedores de Material	510	570
Total	<u>7.884</u>	<u>8.623</u>

Composto substancialmente por fornecedores de serviços, materiais de consumo, obras e infraestrutura, aluguéis e fornecedores de informática.

15. Obrigações tributárias

	31/03/2023	31/12/2022
COFINS a recolher	1.471	305
PIS a recolher	316	2
ISS a recolher	332	298
IRPJ/CSLL a recolher	-	-
Total	<u>2.119</u>	<u>605</u>

16. Salários e encargos

Descrição	31/03/2023	31/12/2022
Salários, férias e outras gratificações	3.647	6.641
INSS a recolher	1.311	1.057
FGTS a recolher	118	352
IRRF sobre a folha de pagamento	1.566	1.552
Outras obrigações trabalhistas	307	308
Total	<u>6.949</u>	<u>9.910</u>

17. Arrendamento mercantil

Arrendamento (Passivo)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Juros Apropriados	Variação monetária/ Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Imóveis	5.564	2.137	378	(1.393)	(896)	5.790
Circulante	562				Circulante	493
Não Circulante	5.002				Não Circulante	5.297
				Variação monetária/ Efeitos de renovação		
Arrendamento (Passivo)	Saldo em 31/12/2022	Adições	Juros Apropriados	Variação monetária/ Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 31/03/2023
Imóveis	5.790	132	143	(10)	(173)	5.882
Circulante	493				Circulante	454
Não Circulante	5.297				Não Circulante	5.428

Implementação do CPC 06(R2) / IFRS16 sobre os contratos de locação de imóveis da Companhia, sendo que a taxa utilizada se refere à taxa incremental de empréstimos da Companhia junto a terceiros de 5,53%. Os contratos de arrendamento referem-se ao escritório onde encontra-se à sede administrativa da Companhia e aluguel de uma área onde encontra-se instalado uma torre integrante do sistema VTMIS.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2023, o saldo não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Descrição	2024	2025	2026	2027 até o término dos contratos
Imóveis	455	607	607	3.759

18. Adiantamento arrendamento cliente

	31/03/2023	31/12/2022
Arrendamentos circulante	2.000	2.000
Arrendamentos Não circulante	19.500	20.000
Total	21.500	22.000

Valor recebido antecipadamente referente à contrato de cessão de direito de uso, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 02/10/2008 a 30/09/2033, que visa atender ao PLANGÁS - Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do Processo Administrativo de nº 3453/2007.

19. Termo de compromisso financeiro - Portus

	31/03/2023	31/12/2022
Encargos financeiros: 4,81% a.a. + INPC		
Circulante	9.647	9.469
Não circulante	78.180	78.040
Total	87.827	87.509

Em junho de 2020, a Companhia assinou Termo de Compromisso Financeiro - TCF com o PORTUS no valor de R\$ 84.982. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

- 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;
- 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja 1ª parcela foi paga em 07.2020 e a última está prevista para junho/2035;
- Sistema Price de Amortização; e
- atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC com juros de 4,81% ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a movimentação dos valores com o Termo de Compromisso Financeiro no período:

Saldo do TCF em 31/12/2021	88.410
(+) Juros	(4.185)
(-) Pagamentos	(6.030)
(+/-) Atualização/Ajustes	9.314
Saldo do TCF em 31/12/2022	87.509
(+) Juros	1.030
(-) Pagamentos	(2.342)
(+/-) Atualização/Ajustes	1.630
Saldo do TCF em 31/03/2023	87.827

A Companhia assumiu o passivo da dívida do Termo de Compromisso Financeiro junto ao Instituto Portus de Previdência, contemplado pelo Plano de Equacionamento de Déficit Técnico (PBP1). Este passivo tem sua exposição aos juros ponderado em taxa pré-fixada (4,81% a.a.) e pós-fixada (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC).

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos meses para o passivo atrelado ao INPC. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável III (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável III (-50%)
Passivos Financeiros:							
Empréstimos e Financiamentos	INPC	87.827	3.829	4.787	5.744	2.872	1.915

20. Obrigações com o poder concedente

20.1. Curto Prazo

	31/03/2023	31/12/2022
Outorga Variável	7.778	3.476
Terreno Greenfeld	663	328
Total	8.441	3.804

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.1.1. Outorga variável

Prevista no Item 6.2.2 do contrato de concessão, a Outorga Variável corresponde ao montante anual em reais resultante da aplicação de alíquota de 7,50% sobre a totalidade da receita bruta da Companhia. Para fins de pagamento o cálculo da outorga variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do período, entregue até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

20.1.2. Obrigação sobre terreno greenfield de Barra do Riacho

O Item 6.5 do contrato de concessão prevê uma obrigação anual de pagamento à concedente, durante toda a vigência deste contrato de concessão, o valor correspondente a 2% do valor do terreno greenfield de Barra do Riacho, a ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação será suspensa proporcionalmente caso a concessionária contrate com terceiro a exploração do terreno. A ANTAQ estabelecerá o procedimento a ser observado para o efetivo pagamento desta obrigação.

A parcela mensal correspondente a obrigação será apropriada mensalmente, impactando o resultado e o passivo de obrigações com o poder concedente.

20.2. Longo Prazo

	31/03/2023	31/12/2022
Outorga fixa	618.850	618.850
Ajuste a valor presente	(351.671)	(355.246)
Atualização IPCA	10.337	4.293
Total	<u>277.516</u>	<u>267.897</u>

O valor de Outorga Fixa estabelecido no Item 6.3 do contrato determina um pagamento fixo no valor de R\$ 24.754 durante 25 anos, que deverá começar a ser liquidado a partir do sexto ano do contrato. Esse valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação trazida a valor presente foi reconhecida em setembro de 2022, no Passivo e Ativo Intangível da Companhia. O valor do Ativo será amortizado pelo período da concessão, conforme Nota 14 e o Passivo conforme a efetivação dos pagamentos que ocorreram todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível.

21. Benefício pós emprego

A empresa contrata uma empresa terceirizada para o controle do plano de pensão PORTUS.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2023	31/12/2022
Complementação aposentadoria	1.786	1.914
Total Curto Prazo	<u>1.786</u>	<u>1.914</u>
Complementação aposentadoria	9.756	10.029
PORTUS	26.253	25.624
Total Longo Prazo	<u>36.009</u>	<u>35.653</u>

21.1. PORTUS

Saldo Plano Pensão Portus	31/03/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	25.624	46.210
Ajustes cálculo atuarial no período	(925)	(2.842)
Ajuste ORA	1.554	(17.744)
Saldo Final	<u>26.253</u>	<u>25.624</u>

22. Outras contas a pagar

	31/03/2023	31/12/2022
Credores diversos	380	276
Credores depósitos caucionados	58	57
Depósitos e consignações	346	297
Assistência médica	159	251
Total	<u>943</u>	<u>881</u>

23. Demanda Judicial

A Companhia é ré em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades e das relações trabalhistas. São ações que tratam de relação contratual, regulatória, trabalhistas, entre outros assuntos. Se não houver indicadores que orientem a que se atribua critério de provisão mais ou menos gravoso (risco de perda provável ou remota), identificados pela assessoria jurídica da Companhia, as ações em que a Vports (anteriormente CODESA) é ré são tratadas como risco de perda possível até que ocorra o julgamento em segunda instância. A partir do julgamento em segunda instância e caso haja decisão contrária à Companhia, altera-se o critério de provisão para risco de perda provável, quando, então, há a constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso. No primeiro trimestre de 2023 ocorreu apenas a atualização monetárias dos processos que já estavam provisionados em dezembro de 2022

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Provisões para demandas judiciais prováveis

	31/03/2023	31/12/2022
Provisão provável para demandas judiciais:		
Processos trabalhistas	26.083	25.147
Processos cíveis	21.988	34.689
Processos tributários	18.673	5.570
Total	<u>66.744</u>	<u>65.406</u>

A partir de 31 de dezembro de 2022 as seguintes movimentações ocorreram na conta de provisão para demandas judiciais prováveis:

	Processos trabalhistas	Processos cíveis	Processos tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.701	1.904	-	13.605
Complemento de provisão	20.342	34.007	5.570	59.919
Pagamentos/baixas de alvarás	(6.896)	(1.222)	-	(8.118)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>25.147</u>	<u>34.689</u>	<u>5.570</u>	<u>65.406</u>
Complemento de provisão	2.638	35	367	3.040
Pagamentos/baixas de alvarás	(1.702)	-	-	(1.702)
Transferência de saldos	-	(12.736)	12.736	-
Saldos em 31 de março de 2023	<u>26.083</u>	<u>21.988</u>	<u>18.673</u>	<u>66.744</u>

b. Demandas judiciais classificadas como possíveis

	31/03/2023	31/12/2022
Demandas judiciais Possíveis:		
Processos trabalhistas	17.253	16.577
Processos cíveis	282.257	278.989
Processos tributários	716	708
Total	<u>300.226</u>	<u>296.274</u>

Dentre os principais processos classificados como possíveis podemos destacar:

- Instituto PORTUS no valor de R\$ 107.410. Trata-se de ação de cobrança ajuizada em face da Vports (antiga CODESA) e de todas as Autoridades Portuárias do país, vinculadas ao PORTUS, por meio da qual a entidade de previdência privada cobra valores supostamente devidos a título de passivo previdenciário atuarial, relativo à diferença apurada entre uma auditoria realizada em 30 de junho de 2000 e uma nova auditoria realizada em 08 de dezembro de 2009;
- Peiú no valor de R\$ 60.434. Trata-se de ação ordinária ajuizada pela PEIÚ SPE S/A em face da Vports (anteriormente CODESA) por meio da qual a autora requer a recomposição o equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de arrendamento (ASSJUR nº 034/98);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Flexibrás no valor de R\$ 63.059. Trato de Ação Ordinária ajuizada pela Flexibrás e Techinip em face da Vports (anteriormente CODESA), objetivando a prorrogação de contratos firmados entre as partes e impedir a abertura de procedimento licitatório para arrendamento da área objeto do contrato firmado entre as partes;
- Frannel no valor de R\$ 9.953. A Frannel ajuizou a presente ação com o intuito de cancelar protesto de título realizado pela Vports (Antiga CODESA), bem como esta seja impedida de realizar qualquer cobrança.

23.1. Entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

24. Outras contas a pagar não circulante

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações convênios	6.884	6.852
Provisão de bônus à colaboradores	1.500	-
Total	<u>8.384</u>	<u>6.852</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital Social

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Capital Social	568.621	568.568
Ações Ordinária	7.066.362.882	7.065.304.092

25.2. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido	(27.993)	12.930
Ações Ordinária	7.066.362.882	6.535.189.321
Resultado Básico por ações em Reais (R\$)	<u>(0,0039)</u>	<u>(0,0019)</u>

25.3. Ajuste de avaliação patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, apontou em 31/03/2023, uma perda líquida de R\$ 1.554 em relação ao saldo de 31/12/2022 referente ao compartilhamento de riscos.

25.4. Prejuízos acumulados

O Prejuízo acumulado de R\$ 139.556 é resultado do saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores acrescido do resultado apurado até 31 de março de 2023.

26. Receita operacional líquida

O saldo da receita nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022 está apresentado a seguir:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Receita operacional bruta	59.659	53.294
Receitas com serviços portuários:	29.827	37.486
Receitas com arrendamentos:	29.832	15.807
Impostos sobre vendas e serviços	(6.272)	(5.967)
Cancelamentos e devoluções	(3)	(626)
Receita operacional líquida	<u>53.384</u>	<u>46.700</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Custos e despesas por natureza

	31/03/2023	31/03/2022
Despesas com pessoal	(17.620)	(16.278)
Serviços de terceiros	(8.940)	(4.380)
Amortizações concessão	(2.614)	-
Depreciações e amortizações	(2.630)	(3.304)
Materiais	(78)	(53)
Seguros	(926)	(111)
Obrigações da Concessão	(9.127)	-
Energia, água e outras utilidades	(524)	(567)
Ações Judiciais	(2.310)	(611)
Multas	(89)	(45)
Despesas com viagens	(104)	-
Despesas Tributárias	(1.127)	(203)
Outras despesas	(1.176)	(1.679)
Total	<u>(47.265)</u>	<u>(27.231)</u>
Custos dos serviços prestados	(29.217)	(15.620)
Despesas gerais e administrativas	(18.048)	(11.611)
Total	<u>(47.265)</u>	<u>(27.231)</u>

28. Outras receitas e despesas, líquidas

	31/03/2023	31/03/2022
Provisões para riscos	(3.049)	(1.507)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(111)
Provisão Assistência médica	-	(1.569)
Provisão Bônus	(1.500)	-
Provisão Energia Elétrica	(229)	-
PDIV (a)	(35.420)	-
Reversão provisão p/ riscos	1.707	-
Reversões de provisão p/ crédito liquid duvidosa	71	-
Reversão Provisão Plano de Pensão	401	-
Outras despesas e receitas operacionais	1.224	433
Total	<u>(36.795)</u>	<u>(2.754)</u>

(a) Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia publicou o edital do Programa de Desligamento Incentivado e Voluntário (PDIV) 2023, conforme previsto no contrato de concessão. O PDIV visa estabelecer critérios e procedimento para a concessão de incentivos "a demissão voluntária, condicionada ao estabelecimento de quitação plena e irrevogável no moldes do artigo 477-B da CLT e da decisão proferida no RE 590415 do STF (Tema 152) ressaltando-se apenas os processos judiciais iniciados antes do dia 10/01/2023.

Podem participar deste programa todos os empregados com vínculo ativo em 05 de setembro de 2022, data de assinatura do contrato de compra e venda da Companhia, o programa tem sua finalização prevista para o dia 31/07/2023.

Durante o exercício de 2023 ocorrerão os desligamentos dos funcionários que optarem pela adesão ao PDIV. A primeira turma, desligou-se da Companhia no mês de fevereiro de 2023 e os demais desligamentos ocorrerão até setembro de 2023.

O pagamento das verbas indenizatórias, já se pode observar no grupo de Outras Despesas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Resultado financeiro

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas financeiras:		
Variação monetária ativa	767	219
Rendimentos com aplicações financeiras	2.879	3.018
Juros ativos	310	2.256
Descontos obtidos	-	10
Outras receitas financeiras (juros e atual. s/ dep. Judiciais)	10	581
Total	3.966	6.084
Despesas financeiras:		
Variação monetária passiva	(7.778)	(1.524)
Despesas bancárias	(14)	(19)
Juros sobre empréstimos	(25)	(83)
Juros passivos	(1)	-
Outras despesas financeiras	(199)	(283)
Total	(8.017)	(1.909)

30. Instrumentos financeiros

30.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

	31/03/2023	31/12/2022
Ativo:		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes caixa	74.794	82.642
Contas a receber	2.973	5.621
Créditos negociados com clientes	3.884	5.400
Depósitos Judiciais	42.777	47.585
Total	124.428	141.248
Passivos Financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	7.884	8.623
Passivo de Arrendamentos	5.882	5.790
Outras Contas a pagar	943	881
Obrigações com o poder Concedente	285.957	271.701
Total	300.666	286.995

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.2. Categorias de instrumentos financeiros

30.2.1. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Companhia entende que as contas a receber, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

30.2.2. Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia assumiu o encargo contratual de outorga fixa, previsto no item 6.3 do contrato de concessão, que será pago pela Companhia, em 25 (vinte e cinco) parcelas anuais no valor de R\$ 24.754.000,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais) cada uma, a partir do sexto ano até o trigésimo ano de vigência do contrato de concessão. Essa contribuição fixa deverá ser paga todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível e o valor de cada parcela tem sua exposição na atualização monetária anualmente pelo IPCA.

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

30.2.3. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 para as aplicações financeiras referenciadas em CDI e, os índices acumulados dos últimos 12 meses para o passivo atrelado ao IPCA. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de março de 2023.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável III (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável III (-50%)
Saldos Patrimoniais							
Ativos Financeiros:							
Aplicações financeiras	102% CDI	74.363	10.376	12.971	15.565	7.782	5.188
Passivos Financeiros:							
Obrigações com o poder Concedente	IPCA	277.516	12.904	16.131	19.357	9.678	6.452

31. Eventos Subsequentes

31.1. Alteração de razão Social

Em 10 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da razão social da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA para Vports Autoridade Portuária S.A., em linha com a mudança de marca comunicada ao mercado em 03 de março de 2023 no evento Intermodal.

Ibson José Hulle Filho
Diretor Presidente

Helio Mota Pimentel
Diretor Administrativo Financeiro

Pedro Henrique Garcia
Diretor Comercial

Bruno Luciano Fardin
Diretor de Infraestruturas e Operações

Rodrigo Bernardes Braga
Diretor Jurídico

Kátia Lima Marinato
Coordenadora Contábil
CRC: 18.609-O